

A economia política do fascismo neoliberal: desenhando alternativas à barbárie contemporânea

The political economy of neoliberal fascism: designing alternatives to contemporary barbarism

ALFREDO SAAD-FILHO*

RESUMO: Este artigo examina análises liberais e marxistas do fascismo, delinea criticamente os debates sobre o “retorno do fascismo”, e considera se o fascismo pode emergir repetidamente ao longo do tempo e em diferentes contextos políticos e geográficos. Análises interdisciplinares estão, em geral, mais bem posicionadas para interpretar a ascensão do fascismo devido à sua abordagem integrativa, reunindo conceitos e argumentos advindos da economia, política, sociologia, relações internacionais e geografia. Essa base interdisciplinar e historicamente bem fundamentada permite sugerir que uma forma específica de fascismo neoliberal está emergindo hoje, no contexto da crise sistêmica do neoliberalismo enquanto sistema de acumulação dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo; marxismo; fascismo neoliberal; democracia; neoliberalismo.

ABSTRACT: This article examines liberal and Marxist analyses of fascism, critically delineates debates about the “return of fascism,” and considers whether fascism can emerge repeatedly over time and in different political and geographical contexts. Interdisciplinary Marxist analyses are generally best placed to interpret the rise of fascism because of their materialist basis and their interdisciplinary and integrative approach, bringing together concepts and arguments from economics, politics, sociology, international relations, and geography. This interdisciplinary and historically well-founded basis allows us to suggest that a specific form of neoliberal fascism is emerging today, in the context of the systemic crisis of neoliberalism as a dominant system of accumulation.

KEYWORDS: Fascism; Marxism; neoliberal fascism; democracy; neoliberalism.

JEL Classification: F62; O11; P10.

* Professor de Economia Política Internacional na Queen’s University Belfast, Reino Unido, University of Johannesburg, África do Sul, LUT University, Finlândia. E-mail: a.saadfilho@qub.ac.uk. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6625-2273>. Submetido: 16/Dezembro/2024; Aprovado: 4/Abril/2025.

INTRODUÇÃO

É evidente o crescimento da influência de líderes, partidos e regimes políticos autoritários de direita ao redor do mundo. Ao mesmo tempo, tem havido uma erosão drástica do tamanho e influência política da esquerda revolucionária, da social-democracia, e até mesmo de partidos e movimentos tradicionais de centro-direita.

A extrema direita em ascensão é extremamente variada; ela inclui tanto partidos antigos quanto novos movimentos, e essas organizações podem ser mais ou menos nacionalistas, militarizadas, abertamente racistas ou anti-imigrantes; suas lideranças são similarmente diversas. Qualquer lista deve começar com Donald Trump, que sequestrou o Partido Republicano dos EUA e, em rápida sequência, a própria república; Nigel Farage, Boris Johnson e o movimento do Brexit no Reino Unido; a Lega e os Fratelli d'Italia, com elos cada vez mais explícitos com Mussolini; o Partido da Liberdade na Áustria (FPÖ) e nos Países Baixos (PVV); o Partido dos Finlandeses na Finlândia; os Democratas Suecos; a Aurora Dourada na Grécia; o Rassemblement National na França; o conjunto de partidos e movimentos sionistas radicais em Israel; e os regimes, partidos e movimentos atualmente ou anteriormente liderados por Recep Tayyip Erdoğan na Turquia, Vladimir Putin na Rússia, Viktor Orbán na Hungria, Robert Fico na Eslováquia, Jarosław Kaczyński na Polônia, Narendra Modi na Índia, Javier Milei na Argentina, Jair Bolsonaro no Brasil, Nayib Bukele em El Salvador, e Rodrigo Duterte nas Filipinas: a lista é desanimadoramente longa.

Muitos analistas reconhecem os perigos da extrema direita emergente; alguns até afirmam que o fascismo, anteriormente considerado derrotado em 1945, está de volta, embora a maioria dos comentaristas afirme que essa afirmação não tem sentido porque o fascismo foi, supostamente, um fenômeno específico às circunstâncias da Itália, Alemanha, e um punhado de países periféricos da Europa no início do século XX. Os processos atuais são mais frequentemente descritos através de rótulos jornalísticos (“Trumpismo”, “Bolsonarismo”, etc.), a etiqueta evasiva de “neofascismo” (que pode evitar o exame tanto do que seria o fascismo, quanto do que ele teria de novo hoje em dia), ou por meio de generalizações imprecisas (“nativismo”, “autoritarismo”, “nacionalismo”, “populismo”, etc.) que, pelo menos implicitamente, fazem referência a “ambos os extremos” rejeitados pelo liberalismo convencional, já que comportam os dois prefixos, “de esquerda” e “de direita”. Esses rótulos permitem aos liberais reivindicarem o centro do campo político, onde quer que ele possa se localizar.¹ Infelizmente, esse exercício implica uma falsa equi-

¹ Esta abordagem é inspirada pela condenação ao totalitarismo feita por Hannah Arendt (1951), que o identifica como forma política genérica, implicitamente equiparando o regime nazista que causou a Segunda Guerra Mundial e engendrou o extermínio de comunistas, judeus, eslavos, romani, pessoas com necessidades especiais, homossexuais e outros grupos, com o socialismo em geral e o stalinismo especificamente. Essa abordagem informa uma literatura interminável sobre as supostas semelhanças entre Hitler e Stalin, ignorando o fato de que o último liderou a aliança militar que destruiu o primeiro

valência entre os perigos *reais* postos pela extrema direita às liberdades civis, ao bem-estar da maioria e à própria sobrevivência humana, e os riscos *imaginários* que, os liberais temem, poderiam vir da esquerda algum dia, e que devem ser exorcizados repetidamente.

Apesar de seus limites, as críticas liberais à extrema direita são inspiradas por saudáveis instintos democráticos, e elas podem ser informativas. Elas são também divertidas, pois atacam nefastos líderes direitistas, ridicularizam seus partidos e depreciam seus seguidores por serem estúpidos (eles votam contra seus próprios interesses econômicos); ilógicos (eles não conseguem fazer argumentos científicos); matreiros (muitos enganam deliberadamente as pesquisas de opinião); ridículos (são representados como desempregados carecas e permanentemente bêbados); patéticos (muitos são viciados em drogas), e brutais (alguns espancam pessoas inocentes); em resumo, eles são *deploráveis*.²

Por mais pitorescas que sejam essas críticas à extrema direita, e por mais confortantes que sejam suas conclusões (“essas pessoas são fracassadas, e jamais poderiam vencer eleições livres e justas em nosso país civilizado”), elas frequentemente são superficiais e enganosas. Em geral, os liberais se concentram na condenação moral em detrimento da análise dos processos sistêmicos e forças sociais que impulsionam a extrema direita, que tendem a ser privilegiados, por exemplo, em abordagens marxistas. Além de suas insuficiências analíticas, é também óbvio que as críticas liberais à extrema direita têm sido politicamente ineficazes.

As interpretações liberais esboçadas acima sugerem que a tendência mundial de crescimento da extrema direita poderia ser revertida por mais um enérgico documento (com uma versão mais simples para as massas), outra lei anti-imigração copiada da extrema direita, outro escândalo envolvendo importantes políticos de direita, ou outra rodada de “triangulação” política, alternadamente implorando e exigindo votos para candidatos supostamente “centristas” cada vez mais à direita, e que não oferecem um diagnóstico do presente, nenhuma visão de um futuro melhor, e nenhum caminho para melhorias materiais para a maioria da população. Enquanto essas abordagens dominam, a extrema direita continua crescendo, a esquerda e o centro encolhem rumo ao colapso, e a arrogância, desconexão da rea-

(para uma avaliação mais realista, ver Roberts (2008)). Mais recentemente, comentaristas liberais frequentemente criticam todas as formas de “autoritarismo” sem distinção, como se o Afeganistão, a China, a Coreia do Norte, Cuba, El Salvador, a Eritreia, a Hungria, o Irã, a Rússia, a Turquia e o Zimbábue pudessem ser agrupados sob o rótulo genérico de “regimes não aprovados pelo Ocidente”. Esse construto incoerente geralmente omite a Etiópia, a Índia, Israel, os países do Golfo e outros aliados dos EUA, cujos abusos contra a democracia e os direitos humanos são assim ignorados; ele também oculta a longa lista de crimes das democracias ocidentais, desde o genocídio dos nativos americanos e australianos até os horrores coloniais impostos pela Bélgica, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda e Portugal, a discriminação persistente contra os negros e muçulmanos no Ocidente, o acúmulo de mortes devidas às guerras de agressão contra o Iraque, o genocídio do povo palestino, e muito mais. Para um exame do papel da violência no capitalismo, veja Gerstenberger (2023). Para sombrias referências adicionais ver, entre outros, Fisk (2005), Isaacman e Isaacman (1983), Pakenham (1991) e Thomas (1993).

² Ver, por exemplo, Montanaro (2016), se referindo ao infeliz comentário de Hillary Clinton.

lidade e impotência dos líderes e instituições tradicionais do Ocidente tornam-se cada vez mais evidentes.

Nesse contexto sombrio, este artigo oferece três contribuições principais, referentes ao papel da histórica, as razões para o crescimento recente da direita, e os desafios impostos pelo fascismo. Essas são apresentadas em sequência, abaixo, de maneira tentativa, seguidas de um exame das variedades de fascismo, uma discussão da forma contemporânea (emergente) de fascismo, e a conclusão.

1. A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA

Processos políticos devem ser examinados em seu contexto histórico. Em particular, o capitalismo global passa por sucessivas fases ou estágios que podem ser denominados “sistemas de acumulação”; eles expressam o modo de existência da relação capital em um dado período histórico.³ Por sua vez, a configuração da relação capital determina os padrões dominantes de reprodução social, o modo de existência das principais classes e grupos sociais, e suas principais formas de organização e expressão de interesses.⁴

O neoliberalismo é geralmente reconhecido como a forma contemporânea do capitalismo, contrastando com – e seguindo historicamente – o capitalismo liberal vitoriano, o do período entreguerras, o keynesianismo, as diversas modalidades de desenvolvimentismo, e outras variedades de capitalismo. Apesar de importantes diferenças de abordagem e ênfase, há um certo consenso de que as principais características do neoliberalismo incluem a financeirização; a globalização da produção e do comércio; um modo específico de trabalho e distribuição de rendimentos; uma ideologia baseada em uma combinação incoerente entre o liberalismo do século XIX, a economia neoclássica e a economia política austríaca; a reconfiguração das políticas públicas em torno de cortes de impostos favorecendo aos mais ricos, políticas monetárias privilegiando as finanças, e o encolhimento do Estado de bem-estar social, e reformas institucionais do Estado para consolidar o neoliberalismo e excluir as alternativas.⁵

A essa formulação geral, deve-se acrescentar a trajetória das ‘reformas’ econômicas, que representam o processo histórico de transição ao neoliberalismo. Enquanto nos países capitalistas centrais (avançados) essas reformas tomaram a forma geral de ‘liberalização’, simbolizada pelo Thatcherismo britânico e o Reaganismo norte-americano, nos países dependentes do Sul Global, e nos países do antigo Bloco Soviético a transição neoliberal, na maioria dos casos, seguiu o

³ Para detalhes, ver Saad-Filho (2019, caps.10-12).

⁴ Ver a introdução de Saad-Filho e Moraes (2020).

⁵ Para uma resenha, ver Brown (2015, 2019), Connell (2010), Fine e Saad-Filho (2017), Peck (2010) e Saad-Filho (2017).

caminho ditado pelo chamado ‘Consenso de Washington’.⁶ Em ambos os casos, o resultado levou a uma liberdade muito maior para os fluxos globais de capital, que passaram a operar como mecanismos de imposição de disciplina no campo das políticas econômicas – inicialmente nos países periféricos mas, cada vez mais, nos próprios países centrais. Em ambos os casos, tentativas de implementação de políticas heterodoxas, ou meramente divergentes da ortodoxia neoliberal, tendiam a elevar os custos do capital e ameaçar os governos com fugas catastróficas de divisas estrangeiras.

A forma política do Estado também é historicamente específica. Seu exame pode partir da relação abstrata entre capitalismo e democracia; isso leva ao reconhecimento da *democracia neoliberal* como a forma política típica do neoliberalismo maduro (em contraste com a democracia ateniense, a democracia na Europa Ocidental no final do século XIX, a social-democracia pós-Segunda Guerra Mundial, ou outras formas democráticas).⁷ Da maneira semelhante, o fascismo pode ser visto retrospectivamente como fascismo de entreguerras, do pós-guerra e, prospectivamente, como se mostra abaixo, como *fascismo neoliberal*.

A abordagem esboçada acima apoia a conclusão de que cada fase do capitalismo gera uma gama de correntes de extrema direita, que podem incluir diferentes combinações de ditaduras militares, caudilhismo, cesarismo, bonapartismo, populismo de direita, e fascismo. Segue-se que o fascismo não está necessariamente circunscrito a países ou períodos históricos específicos; ao contrário, correntes fascistas estão sempre presentes no capitalismo, mesmo que sua visibilidade, características particulares, significado político e impacto prático dependam das circunstâncias do país e do contexto histórico.⁸ Dito de outra forma, múltiplas variantes do fascismo são possíveis; uma delas – correspondente ao período atual – é o fascismo neoliberal.

É obviamente importante examinar de maneira consistente as implicações econômicas e políticas do neoliberalismo para a classe trabalhadora. Isso pode incluir os modos típicos de trabalho, as estruturas e relações de distribuição, os padrões de reprodução social, e os danos impostos pelo sistema de acumulação à maioria da população. Esses estudos podem ser acompanhados pelo exame das principais contradições do neoliberalismo. Ao fazer isso, pode-se obter insights importantes sobre a natureza, gravidade e implicações das crises econômicas no neoliberalismo, bem como sustentar a afirmação de que se desenvolve, hoje uma crise orgânica do sistema de acumulação neoliberal.⁹

Em paralelo a essa análise com ênfase na economia, estudos sistêmicos também examinam as implicações políticas do neoliberalismo e, especificamente, as princi-

⁶ O ‘Consenso’ foi descrito por Williamson (1993); para uma crítica, ver Fine e Saad-Filho (2014) e as referências ali incluídas.

⁷ Para detalhes, ver Ayers and Saad-Filho (2015, 2020).

⁸ Para um argumento semelhante, ver Saull (2023a, 2023b).

⁹ Ver, por exemplo, Fraser (2023), Saad-Filho (2010, 2023) e Streeck (2016).

país características e limitações da democracia neoliberal e suas consequências para as políticas econômicas, os trabalhadores, e os mais pobres. Desse ponto de vista, a democracia neoliberal pode ser vista como sendo institucionalmente rígida; além disso, no correr do tempo ela tende a tornar-se cada vez mais autoritária e instável, já que ela é incompatível com a *accountability* do Estado e a flexibilidade e o espírito de tolerância que são essenciais para dirimir conflitos em sociedades complexas – particularmente quando o fraco desempenho econômico e a volatilidade alimentam o descontentamento social.

A abordagem interdisciplinar delineada acima pode ser contrastada com a compartimentalização típica das ciências sociais tradicionais, que impõem barreiras quase intransponíveis entre a economia, a política, a geografia, a sociologia e assim por diante. A interdisciplinariedade mostra que há uma relação historicamente original entre a crise econômica no neoliberalismo, o eclipse da democracia neoliberal e o surgimento de diferentes modalidades de autoritarismo de direita, que podem incluir tanto formas populistas “espetaculares”, quanto uma modalidade neoliberal de fascismo. Esses processos aceleraram desde a Crise Financeira Global iniciada em 2007, e intensificaram após a pandemia da Covid-19, o conflito na Ucrânia, as guerras e colapsos de vários Estados no Oriente Médio e Norte da África, e o crescente conflito entre os EUA e a China.

2. O CRESCIMENTO DA DIREITA NO NEOLIBERALISMO

Uma análise sistêmica do neoliberalismo e de suas contradições pode ajudar a identificar as causas do deslocamento do espectro político para a direita e os fatores contribuindo para a implosão da social-democracia e da esquerda, que atualmente levam forças revolucionárias, progressistas e até mesmo vagamente liberais a contemplar a possibilidade de sua própria aniquilação. Esses processos estão relacionados à forma como a crise do keynesianismo foi resolvida por meio da transição para o neoliberalismo, na década de 1980, as contradições do próprio neoliberalismo, e sua desintegração atualmente em curso.

Em suma, embora o neoliberalismo tenha consolidado, aprofundado e expandido o capitalismo ao redor do mundo, ele também minou o dinamismo do modo de produção e promoveu um sistema de acumulação parasitário, financeirizado e militarizado que prejudicou amplos segmentos da população e os compeliu a aceitar empregos precários e degradantes, sofrer dificuldades crescentes para sustentar suas famílias, e experimentar frustrações que, eles intuem, não se devem a nada que fizeram de “errado”. No entanto, as causas reais de suas dificuldades estão envoltas na névoa produzida pela igualdade jurídica e a descentralização do poder no capitalismo, as formas democráticas neoliberais, a concorrência de mercado, e o discurso ideologicamente viesado dos jornalistas, comentaristas e “experts” neoliberais, que domina a grande imprensa, exclui vozes alternativas, e nega as experiências de vida de milhões de pessoas, preferindo repetir o mantra da TINA (nas famosas

palavras atribuídas à ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, *There Is No Alternative* (“não há alternativa”) ao neoliberalismo).

Ausentes os desafios sistêmicos ligados à esquerda – que foi largamente desatendida nas transições para o neoliberalismo, após décadas de repressão por associação com os horrores, a estagnação econômica e a eventual implosão da URSS como alternativa dominante –, as adversidades causadas pelo sistema de acumulação neoliberal geraram uma insatisfação destrutiva mas desfocada que, gradualmente, se transformou em hostilidade contra “o sistema”. Essas insatisfações incluem o bloqueio das possibilidades de avanço material devido à estagnação econômica e a deterioração dos padrões de emprego, apesar do consumismo estar no núcleo do processo de formação de identidade e validação do amor-próprio no neoliberalismo; a percepção do declínio dos serviços públicos essenciais e da infraestrutura urbana; a constatação de que o neoliberalismo alimenta uma ganância desenfreada que favorece aos ricos e gera corrupção e imoralidade, e a consciência de que as democracias neoliberais afirmam representar “o povo”, mas carecem de mecanismos de autocorreção e não toleram alternativas substantivas (não neoliberais). Em vez de reconhecer esses problemas e enfrentar os riscos resultantes, a grande imprensa e as políticas públicas tendem a responder meramente tratando grandes segmentos da população com desprezo e hostilidade.

Esses processos geram uma crescente resistência que, por falta de alternativas, tende a se fundamentar no pensamento conspiratório inspirado pela lógica do senso comum, que se presta a atribuições diretas de “culpa”.¹⁰ Além disso, a perda de agência e identidade coletiva da classe trabalhadora e dos pobres tende a levar à projeção de suas insatisfações rumo a um “líder” todo-poderoso que fala uma linguagem clara, afirma reconhecer aqueles problemas, compartilha do pensamento conspiratório e da atribuição de culpa, e oferece reparos imediatos às custas de outrem (especialmente os mais fracos – imigrantes, minorias, mulheres, e países mais pobres). A consequência política tem sido o deslocamento do espectro político para a direita, que é visível de forma particularmente clara no Norte Global, e a consolidação de formas autoritárias de governança neoliberal, especialmente após a Crise Financeira Global.

Em outras palavras, a repressão política e legal contra a classe trabalhadora e a anomia que acompanha as transições para o neoliberalismo tendem a destruir as capacidades ideológicas, políticas e organizacionais da esquerda,¹¹ apesar de ela ser a força política mais eficaz contra o fascismo: os liberais tendem a descobrir tarde demais que a estabilização da democracia requer um consenso antifascista, e que esse consenso depende em larga medida da força da esquerda.¹² À medida que o neoliberalismo sequestrou o Estado, reestruturou suas instituições, monopolizou a

¹⁰ Esse tipo de análise da realidade pode incluir debates plausíveis sobre o *trade off* entre eficácia e riscos das vacinas, até a loucura; para exemplos, incluindo o infame “pizzagate”, ver Marwick e Lewis (2017).

¹¹ Ver Ayers e Saad-Filho (2015) e Fine e Saad-Filho (2014).

¹² Para um argumento similar, ver Eley (2002) e Mann (2004).

imprensa e buscou demolir a esquerda e toda forma de oposição com o consentimento embaraçado ou até mesmo o aplauso dos liberais, ele simultaneamente expôs o sistema político ao ataque da extrema direita. À medida que o neoliberalismo trouxe perdas para amplos setores sociais, as correntes de direita ocuparam espaços políticos cada vez maiores. Com o tempo, partidos e movimentos de extrema direita passaram a ser aceitos como atores legítimos; os partidos tradicionais começaram a copiar seus programas; seus sucessos eleitorais foram acomodados em nome da “democracia”, e movimentos políticos marginalizados tornaram-se parceiros viáveis para coalizões com partidos centristas – mesmo que o protagonismo político da extrema direita seja incompatível com o funcionamento de sistemas políticos liberal-democráticos.

A virada global para o autoritarismo de direita e o fascismo neoliberal não é apenas um fenômeno conjuntural ou facilmente reversível. Ao contrário: o consenso social-democrático pós-Segunda Guerra Mundial no Norte Global entrou em colapso, e não pode ser restaurado. Esse colapso é a expressão política da crise orgânica do sistema de acumulação; em termos gramscianos, esse não é apenas um desequilíbrio transitório e autocorrigível, mas uma confluência de perturbações em diferentes níveis, com o modo de produção entrando em questão de forma cada vez mais direta.¹³

3. OS DESAFIOS DO FASCISMO

O fascismo é um tipo de política de extrema direita (e, potencialmente, uma forma de Estado) nacionalista, conservadora, totalitária, excludente, hierárquica, militarizada, terrorista, e baseada na mobilização de massas organizadas. Movimentos, partidos e regimes fascistas têm como objetivo estabilizar o sistema de acumulação em momentos de turbulência (ou seja, o fascismo é uma *política capitalista de crise*), proteger interesses econômicos dominantes, intensificar a exploração dos trabalhadores, e suprimir qualquer tipo de dissidência (portanto, o fascismo é uma *forma política violenta*). Os fascistas confrontam em particular os trabalhadores organizados, grupos minoritários e coletividades autônomas que possam desafiar as hierarquias tradicionais ou que busquem construir alternativas não capitalistas. Os fascistas também promovem os interesses de grupos sociais específicos e de membros do partido e seus “amigos” por meio de um sistema político autoritário, incluindo o terrorismo paramilitar e de Estado. Essas características do fascismo assumem formas contextuais distintas, dependendo do sistema de acumulação, motores da crise, e elementos específicos da anomia.

O fascismo se justifica ideologicamente através de explicações minimalistas de

¹³ Como afirmou Gramsci (1971, p.276), “[a] crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno surge uma grande variedade de fenômenos mórbidos” (tradução do autor).

problemas sociais complexos, baseando-se no “senso comum” e em mitos expressando uma “essência” nacional, étnica ou de grupo que, para o movimento, não pode ser questionada legitimamente. Dados a sua ideologia e programa, movimentos fascistas invariavelmente promovem argumentos (no jargão atual) “politicamente incorretos”, que são supostamente “óbvios” do ponto de vista do movimento, mas cuja verdade e implicações radicais seriam deliberadamente obscurecidas por uma conspiração de silêncio envolvendo elites traidoras, o Estado, a grande imprensa, a esquerda, minorias privilegiadas, mulheres, e países estrangeiros. A consequente rejeição das opiniões dominantes e da evidência científica reforça o pensamento de grupo e os sentimentos de hostilidade em frente ao “establishment” e aqueles que possuam visão diferente, especialmente a esquerda.¹⁴

O fascismo pode oferecer muito a muitas pessoas: o sentimento de compreensão de suas dificuldades; a sensação de coletividade para uma “comunidade majoritária” construída artificialmente que, por suposto, desfruta de uma história honrosa (com ênfase nas conquistas militares) e um vínculo sagrado com o solo nacional; e a promessa de estabilidade política, proteção da propriedade, controle da criminalidade, restauração das tradições, e resolução de conflitos em um mundo ameaçado por severas crises no sistema de acumulação, novidades indesejadas, o crescimento da esquerda, e o surgimento de novas coletividades desafiando as hierarquias tradicionais. Na prática, isso envolve ações militantes contra todas as formas de oposição, guiadas pela organização fascista e por um líder inquestionável que representa (mesmo sem necessariamente personificar) as virtudes reivindicadas pela autoproclamada “maioria”: honestidade, inteligência, trabalho árduo, pureza de caráter, um estilo de vida saudável, aparência racialmente correta, práticas religiosas adequadas, e assim por diante.

Para alcançar esses objetivos, os regimes fascistas impõem uma ordem constitucional impedindo mudanças políticas pacíficas, apoiada por massas organizadas e por instituições públicas e milícias paraestatais. Regimes fascistas podem ou não se engajar na “modernização” da sociedade ou buscar o desenvolvimento econômico acelerado, e podem ou não se envolver em conquistas imperialistas: enquanto a estabilização do capitalismo e a proteção dos interesses das elites são aspectos essenciais do fascismo e de outros regimes de extrema direita, o crescimento econômico, mudanças sociais mais amplas e aventuras expansionistas são contingentes.

As características do fascismo descritas acima fazem com que esses regimes sejam mais firmemente enraizados politicamente, mais repressivos em um espectro mais amplo de áreas, e mais agressivos externamente do que as ditaduras “comuns” de direita. Estas últimas são geralmente construídas de forma improvisada e con-

¹⁴ Em resumo, a esquerda é igualitária e internacionalista, e sua política é fundamentada em noções de solidariedade e cidadania universal. Com isso, a esquerda promove ideais transformadores que incluem a rejeição ou derrubada de hierarquias tradicionais, vínculos nacionais excludentes e mitos raciais e religiosos. Por fim, a esquerda justifica suas políticas através de análises científicas e noções de dignidade e humanidade compartilhada. Esses valores são incompatíveis com visões fascistas baseadas na hierarquia, exclusão social, racismo e rivalidade internacional.

textual, e costumam privilegiar tanto a promoção de interesses setoriais quanto a proteção do capital como um todo por meio da repressão de qualquer forma de interesse coletivo, justificada pelas necessidades de uma suposta “imposição da ordem”, o “combate à corrupção” ou a necessidade de “enfrentar o comunismo”. Esses objetivos são relativamente abstratos e baseados na desmobilização das massas e sua alienação política; eles contrastam com o apelo de massas do fascismo, sua promoção de mitos nacionais (e, no caso do nazismo, mitos raciais), e a construção de um Estado totalitário incorporando uma autoproclamada “missão” afirmativa.

Por fim, a história demonstra que as ditaduras “comuns” podem ser derrubadas por revoluções palacianas, golpes militares, resistência pacífica de massas ou levantes populares, frequentemente culminando em acordos de elite e transferências de poder relativamente tranquilas. Regimes fascistas são muito mais resilientes: eles tendem a reter uma base de apoio fanática; sua natureza totalitária implica que o sequestro do Estado e da legislação é mais abrangente; e o fascismo apela a uma “essência” nacional familiar, ainda que inventada, que torna o regime inerentemente mais plausível do que a maioria das ditaduras. Exceto pela destruição do Estado fascista em uma guerra, como em 1945, a remoção do líder semidivino deve ser feita com cuidado para evitar o caos político e o risco de fragmentação nacional e guerra civil. Mesmo assim, os regimes fascistas sempre deixam para trás o sabor amargo do trabalho inacabado (“nunca fomos derrotados, mas fomos traídos”, e assim por diante). Em contraste, ditadores depostos tendem a deslizar rapidamente para um abastado exílio, a prisão, ou o outro mundo; suas ambições grandiosas e seus Estados aparentemente poderosos desaparecem subitamente, e sua liderança, antes esmagadora, tende a ser esquecida, e os ditadores são transformados em figuras patéticas em um piscar de olhos.

4. VARIEDADES DO FASCISMO

O conceito de fascismo pode se referir a um espectro de sistemas políticos, partidos e movimentos: embora o fascismo de Mussolini fosse diferente do nazismo de Hitler, é geralmente aceito que esses regimes pertenciam ao mesmo gênero político. Mas será que os regimes liderados por Franco, Salazar, Verwoerd e Pinochet também eram fascistas, ou eram outra coisa? Não vale a pena nutrir uma obsessão com a classificação de diferentes governos e regimes políticos conforme critérios ideais estáticos e definidos *a priori*; além disso, algumas experiências desafiam classificação, enquanto outras mudaram com o passar do tempo. Também não é útil focar nas diferenças entre o fascismo neoliberal atualmente incipiente e os fascismos que foram obliterados na Segunda Guerra Mundial, porque as circunstâncias são dramaticamente distintas. Seria mais interessante examinar as características econômicas, políticas e sociais do fascismo como uma forma política do capitalismo a fim de identificar as forças motrizes do fascismo neoliberal. Esse não é um exercício meramente acadêmico; ele pode contribuir para os movimentos

democráticos que, hoje, enfrentam os desafios advindos da crise orgânica do neoliberalismo.

É importante rejeitar de início a afirmativa comum de que o termo “fascismo” é inadequado, seja devido à especificidade das experiências italiana e alemã do início do século XX, seja porque, na maioria dos países ocidentais, não existem hoje grandes partidos políticos abertamente fascistas ou desfiles com tochas imitando aqueles ocorridos na Alemanha nos anos 1930. Essas objeções são tanto eurocêntricas quanto erradas: manifestações fascistas em estilo “tradicional” ocorrem em um número crescente de países, incluindo importantes aliados do Ocidente, e elas frequentemente trazem grupos uniformizados e armados. Grupos fascistas aterrorizam cidades e vizinhanças inteiras; em muitos países que se consideram civilizados turbas espancam transeuntes que pareçam “diferentes” e, às vezes, ateam fogo em casas e abrigos de pessoas inocentes com a conivência das forças de segurança. Tudo isso parece ter pouca relevância para a grande imprensa e o sistema político dominante, que preferem falar de outras coisas: o último escândalo envolvendo alguma celebridade, desastres naturais, guerras (exceto na Palestina), ou a fome em algum país empobrecido. Também é evidente que semelhante tolerância nunca é oferecida à esquerda, aos muçulmanos, grupos pró-Palestina, minorias étnicas, mulheres não brancas, grupos LGBTQIA+ ou refugiados: qualquer tentativa desses grupos marginalizados de replicar a selvageria das hordas fascistas atrairia uma resposta esmagadora do Estado, possivelmente incluindo uma forte repressão contra o grupo inteiro. A falta de coragem de muitos políticos supostamente esclarecidos e o viés direitista das instituições têm uma importante parcela de responsabilidade pela atual implosão da democracia. Ao contrário, é importante enfatizar que o fascismo é uma ameaça clara e presente, e ele deve ser enfrentado por todos os meios disponíveis.

Historicamente, o fascismo tendeu a emergir como parte de uma reação conservadora contra ameaças sistêmicas advindas de movimentos de esquerda influenciados por experiências socialistas em outros países, ou buscando reverter conquistas sociais anteriores, tipicamente, direitos sociais obtidos em processos reformistas já esgotados.¹⁵ Em contraste, o fascismo neoliberal está emergindo apesar da ausência de ameaças semelhantes: os poucos países que reivindicam a bandeira do socialismo não entusiasmam muita gente nem inspiram movimentos de massa em seu apoio, e as capacidades políticas da classe trabalhadora estão, historicamente,

¹⁵ Nesse contexto, surgiu nos anos 1970 um debate latino-americano sobre o “fascismo dependente” (Cueva, 1976, 1977; García et al., 1978, e dos Santos, 2018; para uma resenha recente, ver Oliveira, 2024). Esse debate não tem relação com o conceito de fascismo neoliberal; entretanto, é importante destacar que o uso do termo “fascismo” na literatura dependentista tende a ser superficial, se aplicando a qualquer tipo de política repressiva de Estado – naquele contexto, geralmente ditaduras militares. Entretanto, os Estados latino-americanos dos anos 1970 – apesar de repressivos, e mesmo genocidas, como foi o caso da ditadura argentina – não se caracterizavam pela organização e mobilização de massas (muito pelo contrário), não se destacavam pelo racismo, não tinham caráter nacionalista (ao contrário, tenderam a aguçar as relações de dependência externa daqueles países), e raramente tiveram ambições totalitárias. Nesses casos, o termo “fascismo” não seria apropriado.

em baixíssimo nível em quase todos os lugares. Embora alguns extremistas de direita, fascistas, e líderes religiosos obsessivos vituperem contra o comunismo, os sindicatos, ou a China, sua ira é instrumental. No caso presente, o fascismo se justifica como reação às conquistas residuais do Estado de Bem-Estar, que ainda não puderam ser deslocadas pelas reformas neoliberais.

5. O FASCISMO HOJE

A análise das características e das contradições do neoliberalismo enquanto sistema de acumulação, e da democracia neoliberal enquanto sua forma política, pode fundamentar conclusões originais sobre o que é especificamente fascista no ecossistema da extrema direita, quais são os perigos específicos do fascismo em contraste com os riscos gerais advindos da extrema direita, o que existe em comum entre as manifestações anteriores do fascismo e sua variedade neoliberal emergente, e quais são os principais traços, motores, e contradições do fascismo neoliberal.

Duas possíveis objeções ao conceito de fascismo neoliberal podem ser destacadas de início: primeiro, que o termo “fascismo” não se aplica às circunstâncias do neoliberalismo e, segundo, que a guinada à direita da política atual não implica o surgimento de uma nova forma de fascismo mas, em vez disso, que o neoliberalismo apenas liberou a “verdadeira” natureza do capitalismo, sem oposição da classe trabalhadora organizada que, anteriormente, continha as consequências mais bárbaras do modo de produção. Essas objeções são limitadas; por um lado, este artigo argumenta pela plausibilidade do conceito de fascismo neoliberal, sua relação orgânica com o fascismo e com o neoliberalismo, os fatores levando a seu surgimento, e suas principais características e contradições. Por outro lado, o capitalismo necessita ter uma forma política (sem Estado não pode haver produção capitalista); entretanto, essa forma política é variável e determinada pelo contexto histórico e internacional. Falar em “capitalismo sem oposição” não tem sentido, porque a relação capital implica dois polos que inevitavelmente articulam seus interesses materiais, culturais, e outros da melhor forma possível em cada momento; esse é justamente o problema a ser investigado – como o capitalismo se articula com as formas institucionais e de representação de interesses, e como os conflitos de classe se desenvolvem no tempo.

Além dessas limitações, os discursos dominantes frequentemente confundem o fascismo neoliberal com as outras vertentes (não fascistas) da extrema direita, que têm vínculos políticos, fontes de apoio e objetivos estratégicos distintos. Em particular, o fascismo neoliberal se apoia em ideologias de extrema direita e em mobilizações organizadas de massa para impor políticas de natureza nacionalista, discriminatória, hierárquica e agressiva contra “inimigos” selecionados, tanto internos quanto externos. O seu objetivo é construir um Estado totalitário acomodando diferentes configurações do neoliberalismo econômico e promovendo os interesses específicos de determinados segmentos da população. Ao mesmo tempo, a ascensão da extrema direita em geral, e do fascismo em particular, reforça o

neoliberalismo e suas políticas econômicas típicas. Em contraste, o principal objetivo dos líderes direitistas “comuns” é a consolidação de sua autoridade pessoal, sustentada por uma elite econômica vinculada a configurações nacionais específicas do neoliberalismo, com maior espectro de variação, e grupos selecionados com valores culturais, religiosos, econômicos e políticos conservadores. Nesse caso, as mudanças na forma do Estado são essencialmente oportunistas e incidentais.

Essa linha de argumento sugere, por exemplo, que Narendra Modi, Rodrigo Duterte, Jair Bolsonaro e Donald Trump são fascistas neoliberais, mesmo que não sigam os fulgurantes estereótipos dos anos 1920, tenham governado democracias mais ou menos funcionais e aceitariam (ainda que relutantemente) entregar o poder após uma derrota em eleições multipartidárias (como de fato ocorreu com dois deles até o momento). Em contraste, Recep Tayyip Erdogan, Viktor Orbán e Vladimir Putin são líderes autoritários de direita mas não são fascistas nem lideram Estados fascistas, embora empoderem movimentos fascistas importantes por afinidades ideológicas ou na esperança de usá-los instrumentalmente. Do ponto de vista institucional, os EUA e o Reino Unido não são Estados fascistas, mas são Estados cada vez mais autoritários com uma extrema direita ascendente; o Brasil e as Filipinas são democracias neoliberais que foram temporariamente governadas por fascistas; a Índia é uma democracia neoliberal degradada liderada por uma organização fascista neoliberal com uma ala armada; a Itália é uma democracia em retrocesso governada por um partido fascista neoliberal; e o Apartheid na África do Sul e Israel são exemplos de Estados nazistas e expansionistas com uma ordem constitucional voltada à classificação, discriminação e superexploração de amplos segmentos da população com base em sua cultura e origem étnica.

A principal restrição às tendências totalitárias dos líderes e movimentos fascistas neoliberais não é sua (largamente imaginária) “conversão pós-fascista” à democracia; ela é, ao contrário, a força da resistência democrática, o fato de seus Estados não serem fascistas, e a dificuldade de enfrentar as restrições externas já existentes e as medidas de contenção que seriam introduzidas no caso de imposição de políticas abertamente fascistas no plano nacional. Ainda assim, evitar o termo “fascista” quando ele é apropriado e optar, em vez disso, por dissolver o fascismo neoliberal em vagos termos descritivos (“populismo”, “autoritarismo” e assim por diante) confunde o problema, subestima a especificidade da ameaça do fascismo neoliberal contra a democracia e as liberdades civis, e enfraquece a resistência contra a forma contemporânea de fascismo.

Nesse contexto, deve-se rejeitar como vã a esperança de que o fascismo neoliberal possa ser permanentemente contido por tratados internacionais, as Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Tribunal Penal Internacional ou por instrumentos jurídicos específicos de cada país. Essas ferramentas existem há décadas e não conseguiram impedir as calamidades impostas pelo neoliberalismo, a crise da democracia, inúmeras guerras e múltiplos genocídios. Na ausência de uma forte frente democrática liderada pela esquerda, as instituições remodeladas pelo neoliberalismo provavelmente serão incapazes de conter a maré fascista neoliberal.

Deve-se rejeitar, também, o popular termo “policrise”, porque este conceito é excessivamente geral e sugere que as múltiplas crises e catástrofes vivenciadas no início do século XXI – na economia, política, clima, água, produção de alimentos, pandemias, saúde mental, genocídios, guerras e assim por diante – são meramente coincidentes. Em vez disso, é preciso reconhecer que essas crises são sistêmicas; ou seja, as crises específicas no neoliberalismo estão evoluindo rumo a uma crise geral do sistema de acumulação, que está se decompondo antes que alternativas progressistas tenham conseguido se desenvolver. Nesse contexto, a crise sistêmica do neoliberalismo termina por favorecer o crescimento do fascismo neoliberal, o qual, por sua vez, tenderá a derrotar, absorver ou forçar a acomodação de outras modalidades políticas de direita, ganhando ainda mais força nesse processo.

CONCLUSÃO

Este artigo reconhece a complexidade do fenômeno do fascismo e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e de vários programas de pesquisa para compreender suas características e possíveis implicações na atualidade. Obviamente, essas ambições não podem ser satisfeitas aqui; no entanto, esse artigo esboça cinco contribuições a serem aprofundadas em estudos futuros.

Primeiro, o fascismo é uma forma política da extrema direita que pode ser acoplada a diferentes configurações do modo de produção capitalista. Segundo, o fascismo emerge de uma crise orgânica do sistema de acumulação, e expressa essa crise; ou seja, o fascismo emerge da confluência de perturbações que desestabilizam a hegemonia do modo de reprodução social, ao invés de surgir aleatoriamente ou no contexto de desequilíbrios econômicos ou políticos limitados e passíveis de autocorreção. Terceiro, a ideologia fascista explica o mundo através da construção de ressentimentos e da necessidade de afirmação de uma “comunidade majoritária” inventada que foi, presumivelmente, vitimada injustamente por uma coalizão de adversários internos e externos. Quarto, dois fatores convergentes apoiam o surgimento do fascismo neoliberal: por um lado, o neoliberalismo reestruturou o modo de existência da classe trabalhadora e debilitou seu poder coletivo em nível legal e político, e nos locais de trabalho; por outro lado, os sistemas políticos neoliberais fomentam modos de governança cada vez mais autoritários, mas também instáveis.¹⁶ Quinto, o fascismo neoliberal combina as características que definem o neoliberalismo (financeirização, globalização, mercantilização e uma ideologia individualista internamente contraditória¹⁷), com as características que definem o próprio fascismo (descritas acima). Essa síntese original confere vantagens únicas aos partidos, movimentos e regimes fascistas neoliberais emergentes; ela também

¹⁶ Essas mudanças foram reconhecidas cedo, por exemplo, por Foucault (1979) e Hall (1988).

¹⁷ Para detalhes, ver Fine e Saad-Filho (2014, 2017) e Saad-Filho (2017).

os marca com contradições, limitações e vulnerabilidades específicas sobre as quais pode ser construída uma resistência democrática.

Hoje em dia, permanece verdade que:

A república democrática é o melhor invólucro político possível para o capitalismo, e por isso o capital, depois de se ter apoderado ... deste invólucro ... alicerça o seu poder tão solidamente, tão seguramente, que nenhuma substituição, nem de pessoas, nem de instituições, nem de partidos na república democrática burguesa abala este poder (Lenin, 1917).

Entretanto, isso vale apenas em períodos de acumulação estável. Em tempos de crise, ou quando a ordem estabelecida é ameaçada, formas de poder não democráticas tomam a frente:

[Q]uando o sistema começa a se desintegrar ... o compromisso com a democracia ... emerge como não axiomático e eterno, mas pragmático e efêmero. Como é o próprio sistema econômico que está em jogo, todas as medidas políticas necessárias para salvá-lo, incluindo a ditadura, tornam-se legítimas (Knei-Paz, 1978, p.355; tradução do autor).

Este artigo questiona ideias importantes sobre o passado e toca em pontos sensíveis sobre o presente. Em particular, o engajamento com as realidades do modo de produção capitalista e sua forma histórica enquanto sistema de acumulação permite identificar os limites das ciências sociais tradicionais, que geralmente evitam os conceitos-chave de “neoliberalismo” e “fascismo” exceto como forma de crítica contra seus adversários. Na maioria dos casos, esse uso não decorre de análises cuidadosas, mas de uma aversão atávica a qualquer engajamento sistemático com o capitalismo e com as formas econômicas e políticas do modo de produção que são, assim, naturalizadas e tornam-se invisíveis, não podendo ser questionadas. É importante desafiar esses limites analíticos para examinar tanto o neoliberalismo quanto o fascismo, e para identificar as características e as fragilidades do modo de produção dominante. Por exemplo, o nacionalismo intrínseco ao fascismo tem contradições importantes com o internacionalismo neoliberal; as reformas institucionais necessárias ao totalitarismo fascista conflitam com a rigidez legal imposta pelo neoliberalismo, e a mobilização de massas que define o fascismo é difícil num contexto de anomia derivada da hegemonia neoliberal. Essas contradições, dentre outras, indicam limites intrínsecos ao avanço do fascismo neoliberal, que podem ser explorados pela resistência democrática.

Embora este artigo avance um argumento claro sobre a relação entre neoliberalismo e fascismo, é preciso reconhecer que conceitos-chave como “democracia”, “populismo”, “fascismo” e “neoliberalismo” são essencialmente contestados no sentido de Gallie (1955-56).¹⁸ Como é impossível chegar a um consenso sobre essas

¹⁸ A natureza essencialmente contestada da democracia é discutida em Ayers e Saad-Filho (2015, 2020).

definições, os debates sobre a crise da democracia, a crise do neoliberalismo e a ameaça do fascismo estão fadados a permanecer abertos e a evoluir com o tempo. Isso não implica que estudos bem fundamentados sejam fúteis: ao contrário, a existência de conceitos essencialmente contestados abre espaço para estudos inovadores e que podem iluminar novas conexões históricas e analíticas. Ainda assim, os debates sobre o fascismo devem reconhecer os limites das controvérsias acadêmicas, e admitir que sua relevância depende menos de argumentos visando convencer os não convencidos – o que raramente acontecerá – e mais de sua capacidade de inspirar movimentos políticos de resistência ao avanço da extrema direita, e apoiando a transformação das sociedades neoliberais em uma direção progressista.

É possível resistir contra o avanço do fascismo neoliberal. A força da nova geração de movimentos sociais dependerá de redes transnacionais fundadas em reformas políticas apoiando a construção da democracia econômica e política, apoiadas pela desmercantilização e desfinanciarização da reprodução social. Em outras palavras, confrontar o fascismo neoliberal exigirá transcender o neoliberalismo e construir uma maior igualdade econômica, e também estruturas democráticas e sustentáveis de provisão social para além do que seria possível sob a (limitada e excludente) social-democracia tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. (1951) *The Origins of Totalitarianism*. New York: Schocken Books.
- Ayers, A. e Saad-Filho, A. (2015) 'Democracy Against Neoliberalism: Paradoxes, Limitations, Transcendence', *Critical Sociology*, 41 (4-5), pp.597-618.
- Ayers, A. e Saad-Filho, A. (2020) 'The Twilight of Formal Democracy: Contradictions of Accumulation and the Political Crisis of Neoliberalism', *Journal of Australian Political Economy* 86, pp.230-255.
- Brown, W (2015) *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Cambridge: MIT Press.
- Brown, W. (2019) *In the Ruins of Neoliberalism*. New York: Columbia University Press.
- Connell, R. (2010) 'Understanding Neoliberalism', em: S. Braedley e M. Luxton (orgs.) *Neoliberalism and Everyday Life*. Montreal: McGill-Queen's University Press.
- Cueva, A. (1976) *Economía Política del Fascismo Dependiente*. México: Siglo Veintiuno.
- Cueva, A. (1977) 'La cuestión del fascismo', *Revista Mexicana de Sociología*, 39 (2), pp. 469-480.
- Dos Santos, T. (2018) *Socialismo ou Fascismo: O Novo Caráter da Dependência e o Dilema Latino-Americano*. Florianópolis: Insular.
- Eley, G. (2002) *Forging Democracy: The History of the Left in Europe, 1850-2000*. Oxford: Oxford University Press.
- Fine, B. e Saad-Filho, A. (2014) 'Politics of Neoliberal Development: Washington Consensus and post-Washington Consensus', em: H. Weber (org.) *The Politics of Development: A Survey*. London: Routledge.
- Fine, B., Saad-Filho, A. (2017) 'Thirteen Things You Need to Know about Neoliberalism', *Critical Sociology*, 43(4-5), pp.686-706.
- Fisk, R. (2005) *The Great War for Civilisation: The Conquest of the Middle East*. New York: Alfred A. Knopf.
- Foucault, M. (1979) *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-1979*. Palgrave Macmillan.

- Fraser, N. (2023) *Cannibal Capitalism: How our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet – and What We Can Do About It*. London: Verso.
- Gallie, W.B. (1955-56) 'Essentially Contested Concepts', *Aristotelian Society* 56, pp.167-198.
- García, P., Cueva, A., Marini, R.M. e Dos Santos, T. (1978) 'La Cuestión del Fascismo en América Latina', *Cuadernos Políticos* 18, disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/1978/10/4-La-cuestio%CC%81n-del-fascismo-en-Ame%CC%81rica-Latina.pdf> (acessado em 16 de dezembro de 2024).
- Gerstenberger, H. (2023) *Market and Violence: The Functioning of Capitalism in History*. Leiden: Brill.
- Gramsci, A. (1971) *Selections from the Prison Notebooks*. London: Lawrence and Wishart.
- Hall, S. (1988) *The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left*, London: Verso.
- Isaacman, A. e Isaacman, B. (1983) *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Knei-Paz, B. (1978) *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford: Clarendon Press.
- Lenin, V.I. (1917) *O Estado e a Revolução*, <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-erevolucao/cap1.htm#s1> (acessado em 18 de dezembro de 2024).
- Mann, M. (2004) *Fascists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marwick, A.E. and Lewis, R. (2017) *Media Manipulation and Disinformation Online*, <https://datasociety.net/library/media-manipulation-and-disinfo-online/> (acessado em 16 de dezembro de 2024).
- Montanaro, D. (2016) *Hillary Clinton's 'Basket Of Deplorables,' In Full Context Of This Ugly Campaign*, <https://www.npr.org/2016/09/10/493427601/hillary-clintons-basket-of-deplorables-in-full-context-of-this-ugly-campaign> (acessado em 16 de dezembro de 2024).
- Oliveira, F.A. (2024) *Dependency and Crisis in Brazil and Argentina*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Pakenham, T. (1991) *The Scramble for Africa, 1876-1912*. New York: Random House.
- Peck, J. (2010) *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press.
- Roberts, G. (2008) *Stalin's Wars: From World War to Cold War, 1939-1953*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- Saad-Filho, A. (2010) 'Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism?', em: L. Panitch, G. Albo and V. Chibber (orgs.), *Socialist Register*, London: Merlin Press.
- Saad-Filho, A. (2017) 'Neoliberalism', em: D.M. Brennan et.al. *Routledge Handbook of Marxian Economics*. London: Routledge.
- Saad-Filho, A. (2019) *Value and Crisis: Essays on Labour, Money and Contemporary Capitalism*. Leiden: Brill.
- Saad-Filho, A. (2023) *A Era das Crises: Neoliberalismo, o Colapso da Democracia, e a Pandemia*. São Paulo: Contracorrente.
- Saad-Filho, A. e Morais, L. (2020) *Brasil: Neoliberalismo versus Democracia*. São Paulo: Boitempo.
- Saull, R. (2023a) *Capital, Race and Space Volume 1: The Far-Right from Bonapartism to Fascism*. Leiden: Brill.
- Saull, R. (2023b) *Capital, Race and Space Volume 2: The Far-Right from 'Post-Fascism' to Trumpism*. Leiden: Brill.
- Streeck, W. (2016) *How Will Capitalism End? Essays on a Failing System*. London: Verso.
- Thomas, H. (1993) *Conquest: Montezuma, Cortés, and the Fall of Old Mexico*. New York: Simon & Schuster.
- Williamson, J. (1993) 'The Meaning of the Washington Consensus', *World Development* 21 (8), pp.1329-36.



DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS
Os dados de pesquisa só estão disponíveis mediante solicitação ao pesquisador.